

ATA Nº. 019/2017

Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às vinte horas, reuniram-se os Vereadores, em Sessão Ordinária, na Câmara Municipal de Taquaruçu do Sul. Primeiramente a Vereadora SIRLEI DE AZEVEDO CANCI, Presidente do Legislativo, cumprimentou os colegas Vereadores, demais pessoas presentes e ouvintes e contando com o número regimental de Vereadores, invocou a proteção de Deus e declarou aberta a sessão ordinária. Posteriormente o Vereador Hermes Luiz Argenta solicitou a palavra e como 1º Relator da Comissão de Constituição e Justiça, pediu a Presidente que fosse incluído na ordem do dia o Projeto nº 031/2017, uma vez que a comissão já havia exarado o Parecer acerca do Projeto, cujo pedido foi deferido com base no artigo 66 do Regimento Interno. A seguir a Presidente do Legislativo, solicitou ao Vereador EVERALDO DUARTE DA SILVA, Primeiro Secretário, para que procedesse a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Logo após, passou-se para a leitura da matéria constante na Ordem do Dia, sendo a seguinte: *Matéria do Poder Executivo: Projeto de Lei nº 031/2017*, que “Cria cargos de provimento em comissão e a respectiva função gratificada; cria e altera código/padrão de identificação de CC ou FG, consolida o quadro de cargos, e dá outras providências”, que após a leitura do Parecer da CCJ, bem como, da Ata nº 002/2017, foi aprovado por maioria, sendo que votaram favoráveis os Vereadores Everaldo Duarte da Silva, Gerson Luís da Rosa, Hermes Luiz Argenta, Júlio César Sponchiado e Volnei Lapazini, e contrários, os Vereadores Marciano Rodrigo Gambin, Diana Chiele dos Santos e Regis Pessotto; **Projeto de Lei nº 033/017**, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder incentivos à empresa VAP CONSTRUTORA LTDA-ME, e dá outras providências”, aprovado por unanimidade; **Projeto de Lei nº 034/2017**, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder incentivos à empresa J. A. F. FREO TRANSPORTES E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME, e dá outras providências”, aprovado por unanimidade; *Matéria do Legislativo Municipal: Pedido de Informação nº 007/2016*, que “requer ao Poder Executivo que informe a Câmara de Vereadores sobre a obra de esgotamento sanitário que foi construída em parte do perímetro urbano do nosso Município, respondendo aos seguintes esclarecimentos: Como se encontra atualmente as tratativas com a CORSAN para o funcionamento da rede implantada e concedida para a CORSAN nos termos do contrato nº 059/2008? Após a conclusão da obra houve alguma tratativa por parte das administrações (2009 -2012), (2013 – 2016) e a atual com a CORSAN para esclarecer os reais motivos do não funcionamento da rede nos termos pactuados no contrato nº 059/2008?”, aprovado por unanimidade; **Indicação nº 010/2017**, de autoria da Vereadora **Sirlei de Azevedo Canci**, que “indica ao Poder Executivo Municipal que revitalize a Praça dos Pioneiros ao lado da prefeitura e a parada de ônibus da Praça Padre Albino Busato”, aprovada por unanimidade; **Indicação nº 011/2017**, de autoria dos Vereadores **Regis Pessotto, Marciano Rodrigo Gambin e Diana Chiele dos Santos**, que “indicam ao Poder Executivo Municipal que solicite junto a CORSAN uma audiência para esclarecer os reais motivos do não funcionamento da rede de esgoto sanitário e exija o início da operacionalização da rede, nos termos pactuados no contrato nº 059/2008”, aprovada por unanimidade. Havendo Vereadores inscritos para pronunciamentos, inicialmente passou-se a palavra ao Vereador GERSON LUÍS DA ROSA, que cumprimentou todas as pessoas presentes e ouvintes, destacando que iria falar um pouco

sobre alguns assuntos que passaram pela Casa nos primeiros 6 (seis) meses, alguns projetos. Sobre o Projeto da Suinocultura e Avicultura, disse que o mesmo tinha sido um pouco polêmico e que até tinha sido insinuado por algumas pessoas, que o projeto era para pagar promessa política e devia ter sido para ele, pois era o único criador de porco da Câmara. Asseverou que nunca precisou de Prefeito para criar porco, sempre investiu em suinocultura e iria continuar investindo e que tinha achado bom que o Prefeito fez um projeto que beneficiava todos os criadores, pois antes tinha um que era só para um empreendimento em especial. Referiu que vinha de família e faziam 50 (cinquenta) anos que seu pai criava porco, e iriam continuar criando, e que com aquele incentivo que qualquer cidadão podia se inscrever e participar do processo, iria ser bem esclarecido. Destacou, que também havia sido citado, que tinha um artigo 4º em um decreto e que havia sido questionado porque o projeto ia para a Câmara se o Prefeito fazia por Decreto com quem ele quisesse incentivar. Mencionou que havia um Projeto de 2011, e que era engraçado, pois também no artigo 4º (quarto) tinha o decreto do Prefeito, asseverando que o problema não era o Decreto, e sim quem assinava o Decreto, ressaltando que era preciso cuidar muito esse tipo de comentário pois era chato e até ofendia pessoas que trabalhavam e produziam para o Município a muito tempo. Sobre os criadores de suínos, destacou ter observado uma preocupação bem extrema de algumas pessoas com os agricultores do Município. Disse que isso era bom, que também era um agricultor, sempre foi, mas o que havia lhe chamado atenção era que essas mesmas pessoas diziam na campanha, que não tinha cabimento um colono ser candidato a Prefeito, que não sabia nem mexer em um computador, que tinha uma esposa que nunca foi em um salão de beleza pintar as unhas e agora a preocupação era com os agricultores, destacando que era até esquisito, mas que iria comentar aquilo. Disse que também era um agricultor e que todos os Prefeitos fizeram projetos e políticas públicas para a agricultura, uns mais outros menos, mas todos fizeram. Destacou que havia projetos encaminhados à Brasília voltados à área da agricultura que giravam que em torno de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e meio de reais), e que era para torcer que viesse alguma coisa, mas estavam lá, havia gente trabalhando, fazendo projetos para a área da agricultura e que da parte deles restava torcer e fazer umas conversas políticas para que aquilo acontecesse. Referiu que na última semana também havia sido dito que não havia dinheiro para consultas e exames, mas em conversa com o Secretário de Saúde, lhe foi passado alguns números que impressionavam e citado que é um dos municípios da região proporcional ao tamanho, que mais investe em saúde e que não teve nenhum cidadão que saiu de lá sem uma ajuda, dentro da legalidade. Falou que ser oposição era bom, se fosse ao desencontro, que criticasse, e se fosse ao encontro, que batessem palmas, destacando que foi bom que veio aquele projeto, ótimo. Sobre o projeto da criação de cargos, ressaltou que a maioria daqueles cargos já estavam dentro da prefeitura, e os que não estavam só iriam ser contratados se houvesse necessidade, como já havia sido citado na última sessão. Asseverou que todos os Prefeitos haviam criado cargos e que foi citado que era vergonhoso, que era atitude de vergonha, reiterando que todos criaram, uns mais outros menos, mas que todos haviam criado. Disse que como estavam falando em vergonhoso, foi bom o pedido de explicação sobre esgoto, pois estava curioso para saber por que não estava funcionando, pois passaram meses no Município com poeira, barro, ruas trancadas e diziam que era para melhorar a qualidade de vida. Resaltou que não sabia quanto haviam gasto, mas que falava-se em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a 8 (oito), 10 (dez) anos atrás, mas estava aí, não funcionava, ninguém assumia, um empurrava para o outro, mas com as explicações, iriam

ver o por que não estava funcionando, iriam correr atrás. Nesse momento a Presidente Sirlei de Azevedo Canci, alertou o Vereador que o mesmo tinha apenas um minuto para concluir sua fala. Novamente com a palavra Vereador Gerson Luís da Rosa, falou sobre o prédio da Secretaria da Agricultura, ressaltando que aquilo sim era vergonhoso, pois estava desmanchando antes mesmo de começar e que se não fossem tomadas providências iria cair. Concluindo sua fala disse que o Prefeito que havia sido citado na sessão anterior, tinha que ser respeitado e que se quisessem criticar os projetos que criticassem, estavam lá para criticar, mas a pessoa do Prefeito tinha que ser respeitada. Destacou que ele não tinha sido eleito por meia dúzia de cidadãos, havia feito mais de 1.400 de (mil e quatrocentos) votos, vencendo o adversário por 425 (quatrocentos e vinte e cinco votos), ressaltando que havia se decepcionado pois havia apostado em 600 (seiscentos), mas que iriam trabalhar, que na próxima achava que daria os 600 (seiscentos) votos, agradecendo a todos. Posteriormente, passou-se a palavra ao Vereador MARCIANO RODRIGO GAMBIN, que cumprimentou a Presidente, os colegas Vereadores, demais pessoas presentes e ouvintes, e primeiramente parabenizou ao Prefeito, que estava representado na pessoa do Vice-Prefeito, pelos 2 (dois) projetos que colaboravam com duas empresas, uma do Município e outra de fora, destacando que eram empresas que iriam agregar empregos, trazer recursos para o Município e arrecadações. Disse para continuar daquela forma, pois aqueles sim eram projetos de votar, manifestando seu desejo que pudessem ajudar mais empresas no Município. Falou para as empresas pedirem ajuda, que fossem procurar o Executivo para que conseguissem aqueles recursos também, para que cada vez o Município conseguisse arrecadar mais e crescesse. Destacou que não estava ali para provocar guerras ou desavenças com ninguém, tinha a sua opinião e tinha sido eleito pelo povo para trabalhar, não queria gerar intriga com ninguém, não tinha intrigas com Vereadores, pois respeitava a opinião de cada um. Disse que pensava de uma forma e que havia outras pessoas, outros Vereadores, que pensavam de outra maneira, mas não era por estar oposição que queria criar desavenças, destacando que se fosse analisado, ele tinha votado 2 (dois) ou 3 (três) projetos contra, no máximo, nos seis meses até aquele momento de mandato. Referiu que o restante, quando se tratava de projetos de bem para o Município, votou favorável, reiterando que tudo o que tinha sido de bem, se fossem analisadas as atas e buscado, ele havia votada de bem para o Município. Quanto ao Projeto 031/2017, referente a criação dos 17 (dezessete) cargos, disse que enviou à Sr^a Presidente no seu direito e que respeitava a sua opinião, bem como, dos dois relatores na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, referindo que conforme o artigo 73 (setenta e três), onde somente o Presidente pode convocar a Comissão para fazer e o artigo 61 (sessenta e um), estava no seu pleno direito de fazer suas perguntas, seus pedidos de informações, pelo Regimento Interno da Câmara. Asseverou que respeitava a opinião de cada um deles, não havendo problema algum, mas ressaltou que eram só 20 (vinte) perguntas tranquilas sobre o projeto, que não via maldade nenhuma e era só questão de interrogação que ele queria saber, mais nada. Por fim, reprisou não via maldade nenhuma nas perguntas e que era só aquele questionamento que ele queria saber. A seguir, passou-se a palavra a Vereadora DIANA CHIELE DOS SANTOS, que cumprimentou a Presidente, os colegas Vereadores, demais pessoas que estavam participando da sessão e ouvintes, solicitando a Presidente do Legislativo 5 (cinco) minutos a mais de tribuna, por ser líder de bancada, cujo pedido foi concedido. Inicialmente, destacou que o que a levou até a tribuna naquela noite, era um assunto que dizia respeito ao povo de Taquaruçu do Sul, em especial, as famílias que residiam no perímetro urbano, que era a rede de esgoto, citado no

pronunciamento do colega Gerson e também no pronunciamento da sessão anterior aquela, pela Sr^a Presidente Sirlei, referindo que naquele dia havia passado pelas mãos dos Vereadores, o pedido de informação ao Prefeito e também uma indicação para que se fizesse uma audiência pública com a CORSAN, para levantarem informações acerca do porquê do não funcionamento do esgoto que foi construído em 2008. Para que o povo tivesse conhecimento sobre o assunto, trouxe algumas informações pertinentes que correram atrás de buscar e pediu aos colegas Vereadores que na medida do possível, também durante a semana, buscassem e trouxessem informações para que pudessem discutir acerca daquele problema, que já era de muito tempo e merecia uma solução. Referiu que o valor gasto tinha vindo do Governo Federal, da FUNASA, com contrapartida do Município e que logo após a conclusão da obra e os trâmites legais, passou pela Casa, tendo sido aprovado por unanimidade o Projeto de Lei nº 036/2008, que deu origem a Lei nº 922, de 17 de outubro de 2008, a qual autorizava a realização de Convênio de Cooperação com o Estado do Rio Grande do Sul, e com a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul, e celebrado o convênio com a CORSAN. Disse que ali estava o contrato nº 059/2008, destacado inclusive que o mesmo foi formalizado entre o Município e a CORSAN e estava muito claro em sua cláusula quarta, quando dizia que o Município outorgava, ou seja, dava poderes para a CORSAN, para prestar os serviços de abastecimento de água e junto com este, o de esgoto sanitário, compreendendo desde a exploração, a execução da obra, a ampliação, melhorias, bem como, coleta, transporte, tratamento, enfim, e o destino final do esgoto. Falou que gostaria que todos prestassem atenção nas cláusulas quando elas diziam que o Município transferia para a CORSAN o direito e prerrogativa de cadastrar e conectar os usuários, que seriam as famílias à rede de esgoto e fazer com que de fato funcionasse. Mencionou a cláusula sexta, destacando que a mesma dizia que o contrato vigoraria pelo prazo de 25 (vinte e cinco anos), podendo ser prorrogado por igual período, ou seja, que deveria funcionar no mínimo por 50 (cinquenta) anos. Referiu que na cláusula oitava do projeto dizia também que, dentre várias atribuições que competia a CORSAN, ela deveria operar e manter os serviços de esgoto sanitário, inclusive a coleta, transporte, tratamento e destino final do esgoto e garantir a continuidade dos serviços, ressaltando que isso queria dizer que no momento em que o Município assinou o contrato com a CORSAN, ela passou a ser responsável não apenas pelo abastecimento da água, mas também, pelo esgoto sanitário do Município. Destacou que valia lembrar aos colegas Vereadores e a população que ouviam, que a obra levou tempo para ser construída, tendo começado na administração do Prefeito Mauro e Flavio e concluída na administração do Prefeito Mauro e Aristides em 2008. Asseverou que naquela época os gestores que passaram pela Prefeitura, incluindo o Prefeito atual que na época era Vereador e Presidente da Câmara, e a Sr^a Sirlei, que na época era Secretária, aprovaram a lei para conceder os serviços a CORSAN, reiterando que o projeto de lei passou pela Câmara e os Vereadores aprovaram o projeto que autorizou a lei para que fosse passada a responsabilidade do esgoto para a CORSAN. Diante daquelas colocações, disse que iria fazer alguns questionamentos e que gostaria que o pessoal que estivesse ouvindo, também comessem a se indagar o porquê do não funcionamento. Ressaltou que gostariam que tivessem algumas respostas para que se pudesse entender, asseverando que não era para levantar polêmica, era para poderem entender o porquê do não funcionamento, e que era por isso a indicação e também o pedido de informação. Questionou porque o Prefeito da gestão anterior não tomou as devidas providências se o Prefeito que construiu a obra

deixou inacabada; Indagou ainda, porque os gestores da administração atual também não foram atrás de cumprir as cláusulas, principalmente a cláusula vigésima do contrato da CORSAN, que era muito clara quando dizia que o Município devia fiscalizar permanentemente a prestação de serviços, aplicar as penalidades regulamentares e contratuais e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e cláusulas contratuais, asseverando se não estava em funcionamento, tinham que fazer funcionar. Disse que o Prefeito fazia parte da gestão anterior como vice e na época da construção da obra, também era Vereador e Presidente da Câmara de Vereadores, destacando que constava inclusive na Ata que eles tinham ido até a Casa, para saber de fato quem eram os Vereadores da época. Referiu que enquanto Vereadora a Sr^a Sirlei na época, também tinha o dever como eles tinham agora, de fiscalizar. Asseverou que se na época os Vereadores tinham o poder de fiscalizar o porquê do não funcionamento da obra, deveriam ter feito, deveriam ter chegado até o Prefeito, o Prefeito deveria ter chegado até a CORSAN e deveriam ter feito o contrato funcionar, pois haviam cláusulas muito claras. Falou que se por ventura, até aquele dia não havia sido feito nada, justificando que estavam fazendo pedido de informação porque não sabiam se havia sido feita alguma tratativa com a CORSAN desde a gestão passada para a gestão atual, não conheciam, que fosse feito a partir daquele momento. Se colocou a disposição para que juntos, o Poder Executivo e o Poder Legislativo solicitassem uma audiência para a CORSAN, para informar o que estava acontecendo de não terem feito ainda a ligação ou então que o Poder Executivo e o Poder Legislativo, que tinham poder, fossem até o Ministério Público e fizessem cumprir o que estava estabelecido no contrato. Disse que ficava seu pedido para que pudessem dar os primeiros passos para a solução daquele problema que a muito tempo já vinha se arrastando, e que se da mesma forma, alguma coisa já havia sido feita pelo Executivo, nas gestões anteriores, que fossem trazidas essas informações, que dissessem se não foi feito algo ou foi feito isso e aquilo, para que pudessem entender. Destacou que na construção da obra do esgoto, que o Vereador Gerson havia dito que também não sabia o valor, foi gasto aproximadamente R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), recursos oriundos do governo federal e que não haviam saído dos cofres públicos, apenas uma contrapartida. Disse que tinham acabado de votar um projeto e que voltava a dizer... Nesse momento a Presidente do Legislativo, alertou a Vereadora que a mesma tinha apenas um minuto para concluir sua fala. Continuando seu pronunciamento a Vereadora Diana reprisou sua indignação com o projeto que criava 17 (dezesete) cargos, no montante final de R\$ 2.000.0000,00 (dois milhões de reais), destacando ser o dobro do valor de uma obra que vem do governo federal e que não sairia dos cofres públicos, como seria o pagamento daqueles funcionários. Referiu que a preocupação deles era que com esse valor, destacando que poderiam com esses R\$ 2.000.0000,00 (dois milhões de reais), dar continuidade a obra de ligação do calçamento da cidade até a Linha Sete de Setembro, que era prioridade, como várias outras demandas para a agricultura que também eram prioridades. Concluiu sua fala dizendo que pensava e estava na hora de resolverem esses problemas do Município e não pensar em colocar mais gente para dentro da Prefeitura, até porque provavelmente seria preciso construir um novo prédio, pois mais 17 (dezesete) cargos, que acreditava serem desnecessários e no seu ponto de vista era vergonhoso. Posteriormente, passou-se a palavra ao Vereador JULIO CÉSAR SPONCHIADO, que cumprimentou a Presidente, os colegas Vereadores, demais pessoas presentes e ouvintes da Rádio Taquaruçu FM e inicialmente destacou que foi até a tribuna naquela noite, para falar sobre os dois projetos que aprovaram para duas empresas, uma

de Taquaruçu e outra de fora que vão se instalar no Município e gerar empregos, o que era bom. Comentou ainda sobre a sessão anterior, ocasião em que os Vereadores criticaram, falaram mal do Prefeito. Falou que causava indignação e que era uma vergonha falar que o Prefeito não é homem, afirmando que o Prefeito era homem sim, tinha dois filhos e era bem casado. Disse que falavam do Prefeito, que ele era isso, que era aquilo, ressaltando que ele era o maior produtor de grão do Município, que falavam que o prefeito era colono, que era vergonha, mas que havia sido demonstrado nas urnas, com 425 (quatrocentos e vinte e cinco) votos. Mencionou que tinha o pessoal da Linha Volpatto e Linha Botezzini, onde era sua terra, destacando que quem tivesse na sessão podia falar depois, pois sobre a água, tinham feito particular há 10 (dez), 12 (doze) anos atrás, mas que estavam aí e era uma vergonha, não dava para tomar, mas já havia uma rede de água e ele inclusive já havia conversado com o Secretário de Obras, Darlei Lapazini e a hora que desse, iriam ajeitar e ver se até o final do ano as duas comunidades pudessem estar recebendo água boa para tomar. Após, passou-se a palavra ao Vereador HERMES LUIZ ARGENTA, que cumprimentou a Presidente, os colegas Vereadores, o Vice-Prefeito, demais presentes e ouvintes e inicialmente parabenizou ao suplente que assumiu na sua ausência devido ao seu estado de saúde, Sr. Renato Dall' Asta, pelo bom trabalho que vinha fazendo como Vereador, quando vinha na casa e pela preocupação com o Município. Referiu que tinha escutado em sua casa, a sessão do dia vinte de junho quando saíram pronunciamentos da Vereadora Diana, que destacou que diante de um projeto apresentado durante a sessão, um projeto que diria vergonhoso, indagando do que adiantava os Vereadores pedirem na hora que tenham aumentos aos funcionários públicos e os que menos ganham, dar um aumento um pouco maior. Disse que não seria todos os funcionários que iriam ter a possibilidade de aumento para trabalhar nas maquinarias, e que achava que iria ter uma parte, um CC a mais para fazer o trabalho, pois atualmente era ilegal fazer serviços gerais e trabalhar em uma máquina, destacado acreditar que deveria que ser concedido um aumento para eles fazerem os dois serviços, não sendo necessário contratar mais funcionários. Aludiu que até poderiam contratar alguns funcionários na parte da administração a pedido do Prefeito, cargos públicos, para dar andamento dos trabalhos, pois tinha serviços atualmente de funcionários que não conseguiam em 30 dias, nem se quer chegar na mão dele, a analisar e dar adiante, ressaltando que devia ter um adjunto para dar um bom andamento ao Município. Falou acreditar que a preocupação do Prefeito de por aqueles cargos não era promessa política, mas sim, dar melhores condições de trabalho aos funcionários. Referiu que de repente se tivesse ganhado a oposição, poderia ter muito mais empregos, muito mais cargos, como quando do primeiro mandato do PT em Taquaruçu do Sul, questionando quantos cargos havia criado só dentro do hospital, que dava para fazer uma análise dentro do Executivo também. Disse que aumentou muito mais do que 17 (dezessete) cargos, ressaltando que os Vereadores podiam ficar sabendo daquilo e até tirarem explicações. Sobre a atual situação do Hospital Municipal, disse que só havia o Hospital Municipal que não era registrado como Hospital, pois na época da entrada do PT, juntamente com o PSB, foi extinto o Hospital Municipal. Referiu que no clube municipal foi feita uma audiência pública com toda a população e inclusive com professores, que decidiram por ficar Hospital Municipal, mas que atualmente não era Hospital Municipal. Questionou porque não era hospital, asseverando que poderia ter muito mais recurso no Hospital do que tinha e que podia até ter poucos recursos, poucos exames, mas se tivesse Hospital era muito melhor. Disse que foi forçada uma ata e que a original havia sido extraviada quando foi

feito no Clube, tendo sido colocado um posto, uma unidade mista, somente dois Municípios no Estado, Taquaruçu e Novo Barreiro. Asseverou que estava aí o Plano piloto do governo do Estado do PT, questionando quantos cargos foram colocados naquele plano piloto se se quer deixaram o Hospital. Destacou que foi uma grande preocupação, pois tiveram médicos que foram embora do Município por não terem assinado aquela ata fraudulenta e que aquilo sim, se tornava uma vergonha para o Município. Disse que atualmente não era R\$ 2.000.000,00 (dois milhões) que iriam gastar para criar o Hospital Municipal pois nos dias de hoje, com R\$ 3.000.000,00 (três milhões), não traziam mais o registro do Hospital, e que se tivesse falando errado que lhe corrigissem. Referiu que o PT mandou na sua época, destacando que era Vereador há 20 (vinte) anos na Casa, por 6 (seis) mandatos, e que foi um projeto do Executivo para ser votado uns 6 (seis), 7 (sete) cargos de motoristas no tempo do PT, primeiro mandato e tudo foi provado. Destacou que 6 (seis) anos nenhum projeto do Partido dos Trabalhadores – PT foi votado contra, tudo favorável, com exceção dele que havia votado contra, mas não chamou o Prefeito de asneira dele, que era incompetente, isso e aquilo, apenas se manifestou. Referiu que tinha o colega Vereador Darlei, da época e reprisou que se manifestavam mas não debochavam do Prefeito, e era daquela forma que eram contra, que eram suas posições. Disse que quando veio projetos do tempo do Sr. Sadi Zanatta, Prefeito Municipal, que também mandou projetos para a Câmara pedindo motoristas, também votou contra por duas vezes, no primeiro e no segundo semestre, e que o Partido dos Trabalhadores – PT e o PSB, encheram a Câmara de Vereadores de gente, como aquele dia e como há 20 (vinte) dias atrás. Asseverou que o pessoal tinha que prestigiar, tinha que ver o que o Vereador fazia, o que o Prefeito fazia, destacando que se o Prefeito havia colocado aqueles cargos, era para dar um bom andamento no Município. Quanto a rede de água, que foi aprovado pela Câmara para passar para a CORSAN, questionou a finalidade da obra, destacando que havia sido até recolhido os motores e os tanques estavam lá em baixo abandonados. Disse que havia ruas, como havia comentado o Vereador Gerson, que era para dar uma melhorada na parte de esgoto para canalizar e até os dias atuais não havia sido canalizado. Falou que passaram canos pelo seu terreno, mas se quer colocaram a fossa, destacando que tinha terrenos que tinham fossa e que tinham outros que não tinham, questionando o porquê para alguns sim e para outros não. Falou que se tivesse que ligar sua fossa de esgoto, tinha que passar no terreno do vizinho e indagou se o vizinho iria autorizar, ressaltando que para uns passaram e para outros não e que como era da oposição, não havia passado no seu. Nesse momento a Presidente Sirlei de Azevedo Canci, alertou o Vereador que o mesmo tinha apenas um minuto para concluir sua fala. O Vereador por sua vez, solicitou seu espaço por ser Líder de bancada, tendo a Presidente da Casa informado, que já havia sido concedido. Novamente com a palavra Vereador Hermes Luiz Argenta finalizou dizendo que era aquela a real finalidade do Município, parabenizando a administração pelo trabalho que desenvolveu nos 6 (seis) meses, destacando que estava fazendo quase demais do que os Prefeitos que estavam anteriormente. Em seguida, passou-se a palavra ao Vereador EVERALDO DUARTE DA SILVA, que cumprimentou a Presidente, os colegas Vereadores, demais pessoas presentes e ouvintes, e inicialmente solicitou a Presidente, com base no artigo 130 do Regimento Interno e por ser Líder de bancada, 20 (vinte) minutos para uso da palavra, cujo pedido foi concedido. Destacou ter ido para a tribuna naquele dia, indignado e triste, principalmente com as acusações com palavras sem tratamento, onde não só ofenderam os Vereadores, o Prefeito, achando que podiam

ofender as pessoas que ouviam a Casa. Referiu que o Vereador Marciano Rodrigo Gambin no uso da palavra na Casa, como líder e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, pediu a Presidente que baixasse o projeto em comissão. Disse que lhe causou estranheza, pois um Vereador de segundo mandato e até Presidente da Câmara que já foi, e atualmente Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, não ter visto e não ter lido, ressaltando que pelo jeito não tinha lido o Regimento Interno que ele vinha estudando, pois o Regimento Interno no seu artigo 74, §2, dizia que a Comissão de Constituição e Justiça tinha que dar os pareceres antes dos projetos irem para a Casa. Falou que o Vereador não deu o parecer sobre o projeto e não convocou a comissão para dar o parecer e foi na Casa falar que o Prefeito era isso ou aquilo, esquecendo do seu trabalho como Vereador, destacando que pelo jeito, ia na Casa somente para receber salário, pois o seu trabalho não estava sendo executado. Ressaltou que dizia mais e que o Vereador antes de entrar na Casa, e talvez nem teria passado pela sua cabeça em ser Vereador, sempre fez campanha para o Prefeito. Pediu ao Vereador qual era sua identidade dentro do seu partido, pois até ontem ele tinha feito campanha para outro partido, para o Valmir e atualmente falava que ele não prestava, que não era homem. Disse que até ontem era candidato do Vereador, era a pessoa por quem o Vereador corria fazendo campanha. Ressaltou entender o hoje porque o partido dele não tinha mais representatividade dentro do Município e questionou em quem ele estava querendo bater. Disse ao Vereador que entenderia se ele usasse a tribuna 20 (vinte) minutos e que prestaria muito atenção nele, falando com bastante clareza, para dar explicação sobre o projeto executado no Município da construção da rede cloacal que não estava em funcionamento até hoje. Pediu que a Vereadora Diana dissesse só do investimento usado dos cofres públicos, onde tinha ido mais de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), destacando que só de contrapartida do Município foi mais de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Asseverou que uma das coisas pela qual não funcionava a rede de esgoto, que a Vereadora Diana havia dito na tribuna e falado sobre a outorga e que a autorização para a CORSAN era para economizar, era porque foi desfeito o projeto inicial e atravessado os terrenos particulares, destacando que quem iria dar autorização para a CORSAN, e que sem todos os donos dos terrenos darem autorização, a CORSAN não começava a trabalhar. Disse que soube que a Vereadora tinha ido reclamar naquela semana de vazamento de esgoto em frente à sua casa que estava saindo na rede de esgoto de tratamento, destacando que pelo que sabia ainda estava sendo investigado pelo Ministério Público. Pediu ao Vereador, que explicasse sobre o Ginásio Municipal de Esportes que deveria ter tido investimento de reforma no valor de mais de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), para terem feito o que foi feito, sem se preocuparem com as crianças que estavam quase todos os dias lá, praticando esportes que também era saúde, ressaltando que logo ele e o Prefeito estariam indo à Brasília para tentar liberar mais investimentos para o ginásio, que também era prioridade do Prefeito. Disse que era para os colegas Vereadores falarem também da academia da praça, academia do canto da Figueira da Praça, destacando que havia sido gasto quase R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). Pediu ainda para falarem o que foi gasto no Campo da Figueira, lá em cima na Vila, destacando que havia sido gasto mais de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Referiu que ouviu falar muito em estradas pelos seus colegas, e que na administração que colega Vereador sempre defendia, havia recebido investimento de recuperação de estradas do Ministério de Integração Nacional de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), questionando com o que o foi investido na época, dizendo que era vergonhoso e que o dinheiro que se perdeu não

voltava mais. Disse ao Vereador, que com toda a sua experiência, precisava se preparar melhor, principalmente com suas palavras, pois ir bater no Prefeito que estava com muita vontade de fazer bem para o povo, de buscar recursos, destacando que não eram recursos para serem mal aplicados como já havia sido feito, mas recursos na educação, na saúde, na agricultura, pois a agricultura precisa de recursos públicos que fossem bem aplicados. Disse a colega Vereadora Diana, que lhe causava estranheza que em seu discurso falar em economia, economizar no Município e dizer que o Prefeito está criando cargos, pois a Vereadora, quando no exercício da sua função do governo que tanto defendia, o maior FG dentro da Prefeitura era o seu, destacando que daria para pagar três funcionários que atualmente estavam pedindo emprego no Município ou tinham necessidade do vínculo empregatício, sendo que naquele ela exigiu o maior FG do quadro de funcionários. Disse que a Vereadora havia falado em projeto que diria vergonhoso, mas que não lembrava que no governo que tanto ela falava tinha mais de 30 (trinta) FGs, e um era o dela. Asseverou que a Vereadora defendia pois era causa própria e que não era preocupação com o povo quando ela havia saído da Casa quase chorando, brava, por terem terminado com o bônus fiscal. Referiu que na época em que a colega Vereadora tinha cargo na Prefeitura, ele tinha ido várias vezes até o Prefeito para reclamar de sua secretaria, mas o que acontecia não era para defender as pessoas e não foi feito nada porque era causa própria. Mencionou que em 2006, quando a Vereadora era Secretária da Educação, havia feito concurso público, passou e foi nomeada não sabia se podia. Citou que em 2009, foram criados 23 (vinte e três) cargos, somente na saúde e que um era o do colega Vereador Regis, asseverando que aquilo sim, era uma vergonha. Falou em alguns cargos que estavam sendo criados e que eles eram contra, citando o cargo de coordenador do serviço de inspeção municipal. Indagou se preferiam que viesse uma pessoa uma vez por mês, uma vez cada 15 (quinze) dias, que levasse tudo o que recebe para gastar em outro município ou que se legalizasse uma pessoa daqui, que estivesse todos os dias, atendendo bem o povo e suas necessidades. Citou ainda o cargo de coordenador de equipe, questionando se tinham que deixar o Prefeito levar uma multa ou ser apontado pelo Tribunal de Contas, só porque eles eram contra ou deixar o Prefeito regulamentar e valorizar os cargos, citando a exemplo, o cargo do colega Roquinho que prestava serviços de motoristas várias vezes e eletricitista, desde os antigos Prefeitos e nunca foi valorizado, destacando que achava que ele mereceria muito mais. Mencionou ainda o cargo de coordenador do departamento de licitações, destacando que comentaram nas reuniões que aquele cargo era muito importante, e que um funcionário já ajudaria muito no setor e que ele se pagaria em poucos meses, ressaltando que deveria ser contratado na sua opinião, mais dois funcionários para controlar tudo o que era comprado por licitações, quando faziam compras diretas, para assim ter um controle total do dinheiro público, destacando que a colega Vereadora Diana, entendia bem quando faziam aquelas compras. Disse aos Vereadores que eles estavam contra o Prefeito, contra geração de emprego, que não sabia se havia necessidade ou não, pois que estavam ali para legislar, mas colocava a folha de pagamento de quando a Vereadora Diana ganhava FG, que daria para pagar 3 (três) funcionários. Questionou o que seus colegas funcionários diziam, destacando que eles tinham 20 (vinte) anos de Prefeitura, sabiam e lembravam do que sempre aconteceu, pois falava com eles sempre que podia. Disse para toda a população de Taquaruçu, que estava as ordens para tudo o que precisassem, para conversar sobre aqueles projetos e todos os outros que viriam para a Casa, destacando ainda que votou a favor do projeto 031/2017, que criava os cargos, porque confiava no Prefeito e haviam conversado bastante sobre

todas as suas ideias projetos para beneficiar o povo. Pediu ao povo, aos companheiros que depositaram confiança no Prefeito Menegat, que não desistissem, pois estava iniciando e só eles poderiam julgá-lo, mas ainda era cedo. Falou que eles o conheciam, sabiam onde ele morava, com o que trabalhava, de onde vinha sua renda e conheciam sua família, destacando que não sabia se ele fará tudo o que tem que fazer, mas não perderiam a confiança quando seu mandato terminasse. Por fim, disse que era cedo e pediu para não acreditarem em boatos, pois a política era assim, frisando que não era para acreditarem no que jogavam nos quatro cantos do município, mas que fossem até o Prefeito, tomar um mate e conversar que com certeza ouviriam somente a verdade, pois o Prefeito trabalhava com humildade, seriedade e principalmente com muita educação com as pessoas. Em seguida, a Presidente SIRLEI DE AZEVEDO CANCI, passou a presidência a seu Vice Gerson Luís da Rosa, com o objetivo de usar a tribuna. Com a palavra a Vereadora cumprimentou os colegas Vereadores, demais pessoas presentes e ouvintes, destacando que quando se inscreveu para a tribuna, pensou em falar muitas coisas que os seus colegas já haviam se referido, mas que ela não iria repetir, pois do que eles haviam dito, era basicamente o que todos conheciam e era realmente verdade. Sobre ter colocado o projeto em votação, disse que a Comissão tinha toda a liberdade de deliberar sobre ele e dois tinham sido contra o pedido de informação do Vereador Marciano, destacando que pelo que tinha visto, tudo o que precisavam de informação estava no projeto que tinha sido todo lido na sessão anterior. Ressaltou que estava com embasamento legal e que não fez nada contra o regulamento da Casa. Quanto à forma que vinham se portando os colegas Vereadores, mais especificamente a oposição, disse que aquilo sim era vergonhoso, destacando que já havia sido oposição na Casa mais de uma vez, e nunca tinha agido daquela forma, nunca havia faltado com respeito, principalmente com o Prefeito que era a autoridade máxima no Município, pois aprenderam que deviam respeitar, até porque não estava sendo discutindo o que foi puxado, estava sendo discutido o projeto, e deveria ser direcionado ao projeto ou então a mesa, mas não falar do Prefeito e do Vice que estavam presentes. Disse que achou feio quando o Vereador Marciano falou que o Prefeito não era homem, questionando a que todos que estavam ali e o que todos os ouvintes sentiriam em ouvir aquilo, o que pensavam daquela palavra, indagando o que era “não ser homem”. Disse que o projeto enviado pelo Prefeito tinha base legal e cabia aos Vereadores, discutirem o projeto e simplesmente votar, ou contra, ou a favor, destacando que poderia ter sido tão mais simples. Quanto ao que a Vereadora havia dito, de que ela era Vereadora na época em que passou na Casa o projeto sobre a rede de esgoto, asseverou que certamente era sim, e também mais do que uma vez, mas existia uma comissão de obras e uma ata onde se reuniram e aprovaram dizendo que a obra estava concluída. Ressaltou que havia inclusive ofícios do Prefeito Mauro da época enviado a FUNASA, dizendo que estava concluído e que não estava ligado pelo que sabiam, porque não havia sido concluído, existindo, como o Vereador havia citado anteriormente, um processo investigatório que indicava que a obra não havia sido concluída. Asseverou que se estava em investigação, era porque algo errado tinha e investigação criminal do Ministério Público Federal, não deveria ser boa coisa. Disse que deveriam discutir mais projetos na Casa e menos ofensas e que havia se estendido uma briga, uma birra política com o Prefeito que era do Partido da Vereadora Diana na época que e se estendeu para a Câmara, o que não podia acontecer. Ao final, ressaltou que deviam discutir os projetos na Casa e que gostaria de contar com a colaboração e com a educação de cada Vereador dentro da Casa, para que pudessem dar exemplo lá fora. Em seguida o Vereador Gerson

Luís da Rosa devolveu a Presidência à Vereadora Sirlei de Azevedo Canci, que tomou posse da Presidência e não havendo nada mais a tratar, encerrou a Sessão Ordinária, sendo que esta ata depois de aprovada vai assinada por ela e demais Vereadores presentes. Taquaruçu do Sul, 11 de julho de 2017.

Presidente: Sirlei de Azevedo Canci

Vice-Presidente: Gerson Luís da Rosa

1ª Secretário: Everaldo Duarte da Silva

2º Secretário: Julio César Sponchiado

Diana Chiele dos Santos

Hermes Luiz Argenta

Marciano Rodrigo Gambin

Regis Pessotto

Volnei Lapazini